

12-2015

Angola, 25 Anos

Manuel de Sousa Gonçalves

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana>

Recommended Citation

de Sousa Gonçalves, M. (2015). Angola, 25 Anos. *Missão Espiritana*, 25-26 (25-26) Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana/vol25/iss25/31>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

ANGOLA, 25 ANOS

Ainda jovens, terão já saído da adolescência os novos países que foram colónias portuguesas de África? Estamos a 25 anos do seu nascimento. E nessa altura, quantos augúrios e promessas de futuro radioso... Mas de facto sabemos como foi dura a vida desses países a seguir à independência.

Fácil ou difícil falar?

Parece fácil falar da atual situação de Angola e da história da sua independência. Sim e não. Quem estava a par das falhas da filosofia e das práticas coloniais; quem ouviu dizer em 1974 ao penúltimo Comissário português – “Angola tem de fazer a segunda guerra de libertação”; quem acompanhou o nascer do novo país; quem sabia que os três Partidos eram desde a mata exclusivistas e que em vez de liquidarem os seus exércitos os estavam ampliando - não pode ter dúvidas sobre a origem, próxima e remota, do drama angolano.

Noutro plano, também não têm dúvidas sobre a seguinte constatação os missionários que há 20-30-40 anos vivem ao lado do povo: é tão grande a amplitude desse drama que nenhuma razão política para a guerra pode ter razão.

Mas, no fim de contas, as circunstâncias tornam complicado falar de Angola em termos concretos. O homem comum não está bem ao par do que se passa nos bastidores. A Informação oficial é dirigida. São escassas as fontes para os Media que procuram ser independentes e objetivos.

Em termos gerais, a mentalidade ambiental ainda não é (talvez só nas palavras) de colocar o bem comum acima dos interesses e das fações. O favoritismo no campo do poder ainda não permite arredar todos os que são nocivos ao bem geral. Permanecem alguns efeitos, nas mentes e nas ações, da infeliz opção inicial, sem consulta do povo, pelo chamado “socialismo científico”. Por fim, não se pode esquecer que a cobiça internacional olha para Angola menos em termos de bem do povo e mais em termos do seu próprio interesse.

Outras dificuldades

A respeito da intromissão estrangeira, permitam três perguntas.

Diz-se com certo fundamento que o maior cancro social de Angola é a corrupção, generalizada sob várias formas. Mas não acham que se diz de

menos, até calando, que por detrás desse problema estão algumas Companhias internacionais ou até um ou outro Governo campeão da liberdade, que têm favorecido ou colaborado com essa corrupção, ao menos aceitando-a?

E que dizer dos fabricantes e vendedores de armas, gente do hemisfério norte, que aproveitam da desorientação e ganância de lucro por parte de alguns para lhes vender o que devia ser lançado ao mar? Se recebem alguma crítica, há quem responda com certo cinismo: se não vendemos nós, outros o farão...

Serão inocentes os que levam minas para Angola, tanto como aqueles que as plantam, as quais já deceparam membros a quase 100 mil angolanos, e causaram a morte sem registo e sem contagem a muita gente das aldeias?

Falar de Angola neste seu jubileu de prata é ainda difícil por outra série de razões: Por exemplo: o empenho num conflito armado (onde é fácil entrar e donde é difícil sair, como dizia João Paulo II por ocasião da Guerra do Golfo), traz sempre, entre outras, duas consequências sérias: o extremismo nas ideias e nas opções e a classificação de quem não alinha com a violência como “amigo do outro”, e por consequência “nosso inimigo”.

Já foi dito em Angola e está suposto que “quem não é por nós é contra nós”. Parece frase do Evangelho, mas não é, pois lemos em Mc. 9.38 justamente o contrário: “quem não é contra nós, seja considerado a nosso favor”. Num ambiente radicalizado, é difícil ser militante, não de uma Organização política, mas dos valores e do grande valor que é o bom senso. Enfim, que fazer se daí resulta marginalização ou alguma represália inesperada?

Há grande esperança que Angola venha a superar as contradições que a atrofiam. Alta riqueza e extrema pobreza, brio de ser autónomo e sujeição a interesses estrangeiros, desejo enorme de paz e imposição da guerra, vontade de “resolver os problemas do povo”, mas por um processo que o dizima, são contradições que empatam o país. Um voto: que os angolanos se deem as mãos sem excluir ninguém e olhem ao futuro.

Valor da liberdade

Perguntando a angolanos se a independência foi um bem, malgrado o peso das situações, a resposta é unânime: claro que sim. Nem tudo foi colonialista no regime colonial – a história e a distância ajudarão um dia a ver isso melhor. Afirmam-no até por vezes angolanos daquele tempo. Mas de facto a situação anterior padecia de defeitos e de injustiças. As circunstâncias favoreciam certa discriminação social e um maior aproveitamento por parte do europeu. Além disso, graves injustiças como o contrato, a ignorância do direito consuetudinário para a posse das terras, a opressão por exemplo nas

regiões do algodão, a fraca promoção dos naturais, tudo isso foi criando uma situação insustentável. A independência, que corresponde a um direito natural, foi também libertação.

Desse modo, apesar de este conflito entre irmãos desavindos ter levado Angola a ocupar um lugar inglório na escala das avaliações internacionais, os angolanos sentem-se ufanos por terem conseguido possuir o seu destino nas próprias mãos. E nós felicitamo-los por isso. Recordo que na noite de 10 para 11 de Novembro de 1975 achei por bem na Missão de Malanje que três jovens fossem saudar a independência tocando os sinos da igreja. Fizeram-no com tal entusiasmo, usando martelos inadequados, que me racharam o sino grande da torre, o qual ainda hoje soa “rouco”.

Igreja nova, Igreja velha

Naturalmente, a Igreja em Angola associou-se à festa da independência, mesmo se ela foi proclamada já em situação de rutura nacional: houve três proclamações separadas – Luanda, Uíje e Huambo - pelas forças políticas já de costas voltadas. Apesar disso, a consciência de si como povo é um bem indiscutível, e portanto deve ser celebrada da forma que se puder.

Eu disse “Igreja”. Podia ter usado o plural. É que as Igrejas Evangélicas começaram a respirar um pouco melhor com a independência, pois o facto da guerra e o título de “Igreja americana” que o povo lhes dava trouxeram dificuldades sérias com a Autoridade colonial. Havia por isso dupla razão para celebrar. Mas, atenção: falando de Igrejas Evangélicas em Angola, temos que distinguir as Igrejas Evangélicas “históricas”, que participaram na missionaço secular do país, e os Grupos religiosos nascidos ultimamente – mais de 200 (o Estado reconhece 69 Igrejas e Grupos Religiosos). Falo das primeiras.

Quanto à Igreja Católica, pode dizer-se que antes da independência coexistiam, permeando-se pouco, duas faces da mesma Igreja: a europeia e a africana, uma afirmada nos meios urbanos e outra principalmente no mundo rural. A primeira não usava nenhuma das línguas bantu e não tinha espaço para gestos da comunicabilidade africana. A segunda, dava relevo à língua popular, e, pelas circunstâncias, apenas certo lugar, timidamente, a algum gesto mais consentâneo com a índole do povo.

Com a independência tudo mudou, e assim a Igreja se tem consolidado. Os Bispos, na sua maioria, são naturais da terra e florescem as vocações, sobretudo no centro, sul e Cabinda. Há empenho de muitos leigos e uma fome enorme de formação bíblica e de conhecimentos religiosos. A celebração litúrgica ganhou dimensão mais ao jeito local. Quer dizer, passou à frente e acentuou-se a face africana do período anterior. Com os 25 anos do país, vá-

rios Bispos e dioceses de Angola estão celebrando igualmente este ano o seu jubileu de prata.

Logo a seguir à independência, o que de imediato cresceu na liturgia foi então o uso das línguas nacionais. Certo Domingo, perguntei ao povo de Malanje, na homilia: entre vocês, todos falam e entendem o português; em que língua querem a celebração?

A resposta veio em termos de simbolismo africano:

– Gostamos do arroz, mas o funji (comida local) é melhor!

Para a captação de uma mensagem, o veículo mais eficaz de comunicação é a língua que se bebeu com o leite materno.

Futuro de esperança

No seu jubileu de prata, não vamos usar para Angola o tradicional “ad multos annos”, que isso significaria a continuação do sofrimento. O sonho e o augúrio são de que finalmente, após tanta guerra inútil e injusta, o país se reencontre na fraternidade, na paz e na justiça. Futuro radioso para Angola? Por que não? Porém, acho haver certas condições prévias: que se saneiem os vícios sociais que as circunstâncias e a debilidade humana trouxeram - e aqui têm as Igrejas um papel insubstituível; que prevaleça a moralidade do bem comum; que seja efetiva a justiça e justa a legalidade; que haja mais espaço para quem, de modo desinteressado, pensa de maneira diferente; que antes de tudo e acima de tudo acabe o monstro devorador da guerra. E depois, o trabalho e a unidade nacional.

Angola tem bastantes trunfos a seu favor: um povo com mais vocação para a paz do que para a guerra, um povo que alimentará o país se o deixarem trabalhar. Há a fé cristã no coração de muita gente. Há a espantosa riqueza do país, no solo e no subsolo. Li algures que o comércio mundial é animado pela circulação de 44 produtos; ora Angola possui dentro de si 40 desses produtos. E enfim, vai intensificar-se a formação de quadros in loco: além da Universidade do Estado, outra está nascendo, e duas entram agora no terceiro ano de vida - a Universidade Lusíada e a Universidade Católica. Nesta, terminaram o ano letivo 870 alunos, tendo desistido ou ficado para trás ou mudado para o estrangeiro cerca de uma centena; e conta-se passar largamente o milhar de alunos no próximo ano letivo, a começar em Janeiro.

Que Deus abençoe Angola, e que a Sua misericórdia faça com que os homens que pesam sobre a sorte deste povo o encarem com mais humanidade.

Posfácio, in Neves, Tony. 2001. Angola. A Igreja Católica pela paz. Lisboa. Rei dos Livros, p. 195-198